

ANDRÉA DORÉ
(Universidade Federal do Paraná)

RELAÇÕES DE SUCESSOS COMO ELEMENTOS DA CULTURA DA VITÓRIA NA RESTAURAÇÃO PORTUGUESA

Reports of Battles as Elements of a Victory Culture in the Portuguese Restoration

ABSTRACT: This article analyses some elements contained in military reports about the war between Portugal and Spain during the Portuguese Restoration (1640-1668). These texts are considered as part of a set of manifestations understood as practices of victory, which include literary works, paintings of battles and the use of prisoners and objects of worship. The reports of events or relations of victory point to a connection with the conception of history as the guardian of memory, ensuring the preservation of worthy deeds, and the status of truth provided by the testimony of view. These reports intended to build and disseminate an image of the Portuguese people, preserving the nation's reputation in front of their allies and opponents within and outside Europe.

KEY WORDS: Reports of battles; victory; Portuguese Restoration.

RESUMO: Este artigo se debruça sobre alguns elementos contidos em textos que relatam conflitos militares e que guardam algumas especificidades quando são considerados os confrontos entre portugueses e espanhóis durante as guerras da aclamação ou da restauração portuguesa (1640-1668). Esses textos são aqui analisados como integrantes de um conjunto de manifestações entendidas como práticas da vitória, que incluem outras obras literárias, pinturas de batalhas, gravuras e ainda os usos dos prisioneiros e dos objetos de culto. Os relatos de sucessos ou relações de vitórias apontam uma ligação com a concepção de história como guardião da memória, garantia da preservação de feitos dignos, e com o estatuto de verdade assegurado pelo testemunho de vista. De efeito memorialista, pedagógico e propagandista, visam construir e divulgar uma imagem do povo e da nação preservando a reputação frente aos seus pares e opositores dentro e fora da Europa..

PALAVRAS-CHAVE: Relações de vitórias; vitória; Restauração portuguesa.

Fecha de Recepción: 15 de agosto de 2011.

Fecha de Aceptación: 26 de septiembre de 2011.

O ESTUDO DOS DIFERENTES CONTEXTOS DE GUERRA vividos por Portugal a partir da expansão ultramarina permite identificar a existência de laços entre as atitudes que se seguem aos enfrentamentos militares.¹ Aglutinadas em torno da ideia de práticas da vitória, essas atitudes são realizadas por diferentes grupos uma vez decidida a batalha; são formas de exercer, comemorar e registrar a vitória. Pesquisa anterior, realizada com base em relatos de cercos sofridos pelos portugueses na Ásia, possibilitou apontar que essas práticas envolvem finalidades, aparentemente

¹ Uma versão inicial deste artigo foi apresentada em Lisboa, em julho de 2011, por ocasião da 42nd Annual Meeting of the Association for Spanish and Portuguese Historical Studies.

contraditórias, de punição e de incorporação dos grupos e dos indivíduos derrotados.² Em alguns casos a punição se dá justamente pela incorporação. Essas práticas buscam atingir objetivos materiais e simbólicos, nem sempre coincidentes e que, não raro, dividem e colocam em conflito agentes religiosos e militares. Neste conjunto incluem-se os destinos dados aos prisioneiros – escravização, conversão e casamentos forçados, venda, encarceramento, extermínio; o tratamento aos objetos de culto – destruição pelo fogo, profanação, confisco; o tratamento às edificações – destruição dos edifícios religiosos e construção sobre as ruínas de novos edifícios para atender à religião dos vencedores, a instalação do novo poder político onde antes havia o que foi derrotado.

E inúmeras outras práticas que visam indicar a nova ordem e asseguram o usufruto da vitória. A essas somam-se outras que objetivam especificamente a preservação de sua memória e sua divulgação. Os gêneros de obras produzidas com este fim são bastante diversos. Os poemas épicos são um deles. Em Portugal, no último quartel do século XVI, vários poemas tiveram como tema cercos militares vencidos pelos portugueses em diferentes praças às margens do oceano Índico. Contemporâneos de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, que por sua vez também guarda longos momentos de enfrentamento militar, os poemas de Francisco de Andrade, de Jerônimo Corte Real e ainda a comédia de Simão Machado cantaram as vitórias portuguesas nos cercos à fortaleza de Diu, na costa ocidental da Índia, ocorridos em 1538 e 1546. Francisco de Andrade, autor de *O primeiro cerco que os turcos puserão ha fortaleza de Diu nas partes da Índia*, foi cronista-mor do Reino nomeado em 1593, e escreveu também uma crônica, por ordem de Filipe II, *Comentários da milagrosa vitória que, no ano atrás passado de 1594 os portugueses [...] houveram do poderoso exército do Inizamaluco* (Nizam Shah, sultão de Ahmadnagar) *na tomada e expugnação do morro de Chaúl*.³ Diogo Paiva de Andrade, filho de Francisco de Andrade, escreveria mais tarde *Chaulkeida*, um poema épico sobre a defesa da cidade baseado nesta crônica, publicada em 1628 e reeditada em 1725.⁴

Jerônimo Corte Real (1530-1588), que foi capitão de uma armada no Oriente, é o autor do poema que narra o segundo cerco de Diu: *Sucesso do Segundo Cerco de Diu. Estando Dom Joham Mazcarenhas por capitam da fortaleza*, contendo 21 cantos e cuja primeira edição data de 1574, em Lisboa.⁵ E ainda outro humanista, Sá de Menezes, publicou, em 1634, uma epopéia influenciada por Ariosto, intitulada *Malaca conquistada*, sobre a dominação da cidade por Afonso de Albuquerque em 1511.⁶

² Cf. trabalhos anteriores sobre o tema: DORÉ (2010a); DORÉ (2010b).

³ Cf. ANDRADE (1945).

⁴ Sobre este épico, ver ANDRADE (1999: 295-319).

⁵ CORTE REAL (1754).

⁶ Cf. MENEZES (1658).

Objeto de exaltação da presença portuguesa na Índia, o cerco de Diu de 1538 inspirou também uma obra em outro gênero, a *Comédia do Cerco de Diu*, “o primeiro drama histórico de grande espetáculo”,⁷ escrita pelo poeta Simão Machado e impressa por Pedro Craesbeeck em Lisboa, em 1601. Comédia bilíngue, escrita durante a União Ibérica, atribui aos portugueses os trechos em português e aos muçulmanos os trechos em espanhol.

As representações de batalhas são outro gênero de documentos revestidos da função de registrar o cenário da vitória. J. B. Harley, em seus estudos sobre cartografia, associa essas representações aos arcos do triunfo, aos desfiles, canções e poemas militares. As gravuras expressariam o resultado vitorioso de um conflito e seriam produzidas “para comemorar os lugares sagrados de glória militar”.⁸ No contexto das guerras de Restauração destaca-se o mapa da batalha das Linhas de Elvas, ocorrida em janeiro de 1659. O mapa se intitula *Vestigium sive effigies Urbis Hebrae* e foi realizado por Pierre de Sainte-Colombe, arquiteto militar francês a serviço de Portugal e gravado por João Baptista em 1661. Contém vários dos elementos característicos dos mapas militares e de propaganda: a praça amuralhada, o movimento dos exércitos, os monumentos mais importantes da cidade a ser preservada.⁹

Este artigo não se debruça sobre esses documentos, mapas ou poemas, mas sobre uma outra prática da vitória, de efeito memorialista, pedagógico e propagandista que são os relatos de batalhas. Os títulos desses textos se iniciam como “Relação da vitória...” ou “Relação dos sucessos...” e ainda “Relação verdadeira da vitória...”. Seus conteúdos informam sobre determinadas práticas de guerra ou que tangenciam o enfrentamento militar, e são, eles próprios, práticas de divulgação, propaganda e, assim, de persuasão, da vitória. Muitos deles serviram de fonte para poemas épicos.

No século XVIII, Diogo Barbosa Machado (1682-1772) reuniu em sua coleção mais de 3 mil folhetos, entre impressos e manuscritos, em 145 volumes preservados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Dez volumes em 22 tomos contêm notícias relacionadas a eventos militares dos quais participaram os portugueses em todos os continentes, entre o século XV e o XVIII e vários deles trazem exemplares do gênero “relatos de sucessos”.¹⁰

No início do período moderno, esses textos tiveram como temas grandes e pequenos conflitos, dentro e fora do continente europeu, bastante numerosos tendo

⁷ Cf. FRÈCHES (1971: 16).

⁸ HARLEY (2005: 88).

⁹ Barbosa Machado inseriu esse mapa em seu volume *Tratados de Países de Portugal celebradas com os Soberanos da Europa*. Tomo I. 1641-1682.

¹⁰ Sobre a história da Coleção Barbosa Machado, ver MONTEIRO e CALDEIRA (2007).

em vista espaços alargados de domínio e conquista. As rotas marítimas que passaram a ser frequentadas pelos europeus transformaram-se em contextos de disputa no Atlântico e no Índico, assim como se multiplicaram os conflitos entre as nações europeias e povos e reinos existentes na Ásia, África e Américas. No continente europeu, guerras religiosas e de sucessão dinástica dividiam os esforços e os recursos.

A participação dos portugueses – e a produção de textos a ela relativa - pode ser analisada a partir da divisão desses conflitos em três momentos. Em um primeiro momento se opuseram portugueses e grupos não cristãos, no Norte da África e, em seguida, no Oceano Índico. O confronto se deu, na imensa maioria dos casos, entre os portugueses – que nos relatos raras vezes são assim nomeados, mas sim como “cristãos” - e os mouros, os muçulmanos, inimigos ancestrais e constantes, seja no Mediterrâneo, e a partir do século XVI, no Índico.

Em um segundo momento se opuseram portugueses e grupos cristãos, não católicos. Outras potências entraram na corrida expansionista e constituíram-se também em um bloco de oposição religiosa. Na costa do Brasil e no Índico, a partir dos primeiros anos do século XVII, foram os holandeses os mais importantes. Viviam-se então o período da União Ibérica e dos relatos há dois elementos a destacar: portugueses e castelhanos – logo católicos - lutavam juntos. O inimigo fazia parte da cristandade, porém, herege e duas vezes traidor: do rei (de Espanha) e da Igreja (de Roma). A transferência das guerras européias para o além-mar fez renascer o sentimento de cruzada religiosa na empreitada expansionista e uniu os católicos. Aqui o Herege ameaçava a cristandade.

Este artigo se foca em um terceiro momento, em que estiveram em conflito, portugueses e outros católicos. Tratou-se de quadro especialmente delicado uma vez que se enfrentavam cristãos católicos e súditos que, durante os sessenta anos de união das coroas ibéricas, estiveram unidos contra inimigos comuns na Europa e nos espaços em litígio fora do continente. As guerras da Restauração ou da Aclamação opuseram portugueses e castelhanos desde a aclamação de d. João IV, reconhecido pelas Cortes de Lisboa em janeiro 1641, até o tratado de Paz assinado em fevereiro de 1668.

Da leitura de relatos de sucessos produzidos neste contexto, reunidos por Barbosa Machado, e de vários outros preservados na Biblioteca Nacional de Lisboa, datados de 1643 a 1662, há alguns pontos a destacar.

Uma primeira observação é que poucos são assinados. De provável autoria de homens de armas, são, em vários casos, bastante sumários e descrevem as estratégias militares e os nomes dos indivíduos que se destacaram no campo de batalha. A introdução, bastante breve, é o momento de alguma consideração mais singular sobre a guerra entre portugueses e castelhanos. Nela, encontram-se duas tópicas: a primeira está relacionada à veracidade do relato; e a segunda refere-se à contenção

dos portugueses, ou ao silêncio sobre seus feitos, em oposição às informações sobre os feitos de Castela divulgados pelos países da Europa. Neste segundo aspecto o que está em jogo é a construção e manutenção de uma reputação positiva da nação portuguesa, preocupação que se estende por vários momentos do texto.

A declaração da veracidade do relato configura-se como um elemento incontornável na fixação de um estatuto que o diferencia de um documento ficcional. Os preceitos aplicados são aqueles da origem da historiografia ocidental, os fundamentos admitidos pelos pais da história. As relações de vitórias podem ser associadas ao trabalho de historiadores, mas suas especificidades, sobretudo no que diz respeito à autoria, as tornam fruto do que podemos chamar de uma historiografia da experiência.

Quando se estuda a história da historiografia, o período do Renascimento tem como nomes de grande importância Leonardo Bruni, Nicolau Maquiavel, Francesco Guicciardini. Estes foram responsáveis pela retomada, também na escrita da história, de valores da Antiguidade, superando, de acordo com a leitura que desse momento faz Arnaldo Momigliano, a perspectiva legitimadora da história eclesiástica, ao lado da importância da abordagem filológica, emblemática na obra de Lorenzo Valla (1407-1457) e seu *A falsa doação de Constantino*, de 1440.¹¹

Momigliano aproxima a historiografia do Renascimento daquela produzida pelos Antigos que guardava, como preocupações fundamentais, a confiabilidade dos dados que o historiador utilizava e a importância qualitativa do que se propunha a dizer. Tanto Heródoto quanto Tucídides salientaram a importância do historiador ser testemunha dos fatos narrados. A função da história para esses autores, assim como o seria no Renascimento, era a de oferecer um exemplo, constituir uma lição, servir de modelo para o desenvolvimento futuro dos negócios humanos. Como historiadores, Maquiavel e Guicciardini, “estavam preocupados em oferecer aos seres mortais uma imortalidade literária, em dar informações úteis para um mundo que se esperava durar bastante”, conclui Momigliano.¹² Os dois autores florentinos, para mantermos o juízo a respeito do seu protagonismo como historiadores do renascimento, compreendiam o “fazer a história” como o ato de retrair o nascimento de novas leis, novos costumes e instituições, e lhe atribuíam a função de compreender o sentido desta evolução a fim de tirar proveito de toda experiência levando a uma melhor utilização da razão.¹³

Os relatos de sucessos militares, no entanto, são considerados uma produção menor no contexto historiográfico, porque são textos irreflexivos, não buscam explicar as

¹¹ FONTANA (2004: 84-94). Sobre Lorenzo Valla, ver GINZBURG (2002: 64-79). E ainda, sobre a historiografia do Renascimento, ver a coletânea de textos organizada por PINEDA (2007).

¹² MOMIGLIANO (2000: 216).

¹³ Ver GARIN (1969:151).

causas ou o sentido das ações dos homens. Comporiam uma literatura vulgar, que se entenderia como uma “historiografia da experiência”, porque não foi feita por homens de gabinetes, que, além do testemunho que pudessem oferecer de determinado acontecimento, produziam textos a partir de outras crônicas e de outros relatos. João Rocha Pinto descreve os relatos de viagem da mesma forma como poderíamos definir essa historiografia da experiência: uma “corrente de cultura experiencialista subalterna”.¹⁴ Subalterna, mais uma vez, porque é realizada por homens de outros ofícios, especialmente militares, e não por homens de letras, humanistas, cronistas, historiadores, diplomatas. Os autores de relatos de vitórias não demonstram ter lido os textos clássicos, e muito raramente citam os cronistas a eles contemporâneos, mas oferecem como fator legitimador um elemento de grande importância para os homens de seu tempo, admiradores da Antiguidade: a experiência que os fazia superior aos antigos.

A autoridade do testemunho é reivindicada nos mesmos termos e no mesmo período pelos autores de relatos de viagem. Stephen Greenblatt, estudioso dos discursos produzidos por viajantes no Novo Mundo, questiona por que se deve dar crédito a um testemunho. Para buscar uma resposta ele vai à *Historia*, de Heródoto, e à sua consideração de que a viagem era de importância crucial para compreender o mundo; em última instância para distinguir o que era fábula do que era verdade. A autoridade, para ele, baseava-se na evocação do que pessoalmente viu e ouviu fora dos limites da cidade. Assim, “a viagem está ligada ao apelo constante à experiência pessoal, à autoridade do testemunho”.¹⁵ Se a viagem concede autoridade ao testemunho é pela sua constante afirmação que o autor de um relato pretende atrair a atenção do leitor. Ao insistir em escrever “eu vi”, o autor, como afirma Michel de Certeau, fabrica e sanciona “o texto como uma testemunha do outro”.¹⁶ Pode-se, assim, concordar com Eugenio Garin quando este afirma que os autores clássicos deram aos indivíduos do Renascimento os meios para criticar – e corrigir – os próprios autores clássicos.¹⁷

A segunda tópica que podemos localizar especialmente, mas não apenas, na introdução dos relatos de sucessos está associada à preocupação com a reputação. Antonio de Moraes Silva, em seu *Diccionario da lingua portugueza* (1789), define “reputação” como “O conceito, que se tem de alguma pessoa, bom ou mau”, e Raphael Bluteau, em seu *Vocabulario Portuguez & Latino* (1728), traz vários empregos

¹⁴ PINTO (1989: 212).

¹⁵ GREENBLATT (1996: 162).

¹⁶ CERTEAU (1985: 68).

¹⁷ Ver GARIN (1969: 162-163) e sobre a superação dos antigos pelos humanistas, ver MARAVALL (1986: 579-611).

da palavra. Inicia com “A boa, ou má opinião, que se tem de nós”. Para o que aqui nos interessa, cita Quintiliano: “Na guerra tudo depende da reputação. *Fama bella constant*”.

Os estudiosos do período moderno localizam o nascimento da opinião pública durante o século XVIII francês. Para Jürgen Habermas, esta opinião seria resultado do estabelecimento de uma esfera pública, um projeto do iluminismo, caracterizado como um fenômeno burguês. Para Habermas, o raciocínio público no terreno literário, especificamente, teve sua origem na Inglaterra no final do XVII e se espalhou pela França a partir dos anos 1730. Desde então toda autoridade – Igreja e Estado – foi sujeita a um exame crítico nas mãos do que passou a ser chamado de “opinião pública”. Este nascimento, no entanto, é antecipado por Joan DeJean para o contexto do final do século XVII francês, quando “o *público* adquiriu o significado de “audiência”, mais no sentido de uma “audiência crítica” do que de uma “audiência literária”.¹⁸ Se ainda é prematuro falar de um esfera pública no século XVII português, não difere muito de uma “opinião pública” europeia o que esses textos tentavam mobilizar a favor dos portugueses. Seus autores queriam preservar o “nome português” ou “nome de Portugal”. Não se trata de garantir uma imagem favorável aos cristãos, como é verificado nas guerras com reinos de outras religiões no além-mar, ou favorável aos católicos (contra os protestantes), mas de assegurar a reputação dos portugueses, que, por sua vez, devia se diferenciar do conjunto da cristandade.

Em 1661, a Oficina de Henrique Valente de Oliveira publicou a *Relacion verdadera, de los sucessos de las armas de Portugal, y Castilla en la campaña del año 1661*. Ressalte-se que o texto foi publicado em castelhano, visando uma maior penetração nas cortes europeias e possível graças ao bilinguismo existente em Portugal naquele contexto.¹⁹ Na introdução, lê-se: “La expectacion de toda Europa en las previciones que los Ministros Castellanos publicaron para la campaña passada contra Portugal está pidiendo una relacion verdadera (...)”.²⁰

Ao concluir o relato, o autor escreve: “Este ha sido (relatado fielmente) el principio, progreso, y fin desta campaña; de la qual qualquier mediocre discurso aun Castellano, sino se levare de passion, insiere con evidencia quan imposible sea a la Corona de Castilla conseguir contra Portugal cosa considerable”. Enfatiza que os exércitos portugueses, menos numerosos, porém todos de uma “misma nacion portuguesa”, obrigaram “el enemigo a retirarse con tanta quiebra de reputacion” (fl. 22). E ainda: “Digan Castellanos lo que quisieren, publiquen sus gazetas lo que se les

¹⁸ DEJEAN (2005: 65) e HABERMAS (1984).

¹⁹ Cf. BUESCU (2000: 49-66).

²⁰ *Relacion verdadera, de los sucessos de las armas de Portugal, y Castilla* (1661), fl. 1.

antojare, dexense engañar los estrangeros, para quien ellos las imprimen teniendolos por simplemente credulos (...)” (fl. 23).

É frequente a crítica às notícias divulgadas pelos castelhanos, como na *Relacion verdadera de como fue restaurada la Plaça de Moron por las armas del Rey Don Afonso VI de Portugal*, de 1657:

El aparato de sus prevenciones, i el estruendo, con que hizieron la fama aun maior q el aparato, los colmava de esperanças, i a toda Europa de atenciones aguardando unos, i temiendo outros, que desta vez havia Castilla de concluir com Portugal. (fl. 1v.)

Na introdução da *Relação dos successos de Portugal, e Castella*, de 1661, desta vez em português:

Não he outro o fim da Rellação que pretendo escrever que melhorar com as noticias da verdade o entendimento dos successos que as armas del Rey Catholico tiverão na geral invasão do Reyno de Portugal nesta campanha da corrente era de 61 (...).²¹

No ano seguinte, em 1662, a *Relação do successo que tiveram as armas portuguezas governadas por D. Sancho Manuel conde de Villa Flor (...) na provincia da Beira* contém na introdução:

(...) quantas são notorias a todos, o campear as terras do inimigo tomandolhe tantas Villas, & lugares, & dandolhe tantas batalhas na sua campnha, que se as encomendarmos à impressao, se não atreverão os inimigos a mãdar ás Nações estrangeiras, tantas, & tão varias gazetas, contra o succedido, em detrimento nosso; que certo me parece se oocupão mais em escrever o que não obrão, do que em obrarem o que dizem: pello que será justo, que pois elles se achão tão esquecidos das perdas próprias, lhe façamos agora memoria da lastima que nos causão as suas, por próximos, repetindo hua entrada que a nossa gente fez, por aquelle partido, sendo o successo, o que direi agora.²²

E ao final do relato:

²¹ *Relação dos successos de Portugal, e Castella* (1661).

²² *Relação do successo que tiveram as armas portuguezas governadas por D. Sancho Manuel* (1662).

(...) porque não cabem nelles, nem o seu valor, nem o zelo, & vigilantissimo cuidado, com que procura adiantar a gloria, & reputação das Armas de sua majestade, governadas pella Raynha nossa senhora (...) (fl. 7).

Em 1659, Antonio Barbosa Bacellar escreveu a *Relaçam da vitoria que alcançaram as armas do muyto Alto, e Poderoso Rey D. Affonso VI*, no cerco imposto aos portugueses em Elvas. Referindo-se à tomada de Olivença e Mouram, o autor conclui:

Com estes successos se recolherão triunfantes as Armas de Castella, fazendo notorio às nações da Europa aquelle até entam ignorado segredo, de que nas contendas militares destas duas Coroas podião ser vencidos os Portugueses.²³

A preocupação desses autores com a imagem dos portugueses nas diferentes cortes europeias não difere daquela expressa pelo padre Antonio Vieira – responsável sempre por evidências discursivas que nutrem as hipóteses dos historiadores. No texto depois intitulado *Papel que fez o padre Antonio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandezes*, de 1648, ou apenas *Papel forte*, ele analisa e refuta cada um dos inconvenientes então apresentados à capitulação portuguesa. O terceiro inconveniente é o da reputação:

Dirá o mundo que ou no levantamento faltamos à fé, ou na restituição faltaram as forças. Responde-se, que peor será, que possa também dizer o mundo, que por não querer restituir nos perdemos. (...) A opinião dos reinos e dos reis, consiste em tractarem do que mais convém à sua conservação: e o príncipe que melhor se sabe conservar, é o que maior opinião adquire no mundo.²⁴

Anos antes, em 1640, o temor de que Portugal parecesse preterido, não só pela fortuna, mas também por Deus, produz a célebre pergunta do *Sermão pelo bom successo das armas de Portugal contra as de Holanda*: “Que diga o herege (o que treme de pronunciar a língua), que diga o herege, que Deus está holandês?”²⁵

²³ BACELLAR [1659]. São muitas as referências à reputação, tanto à dos castelhanos, que se enfraqueceria com as derrotas, quanto à das armas portuguesas, menos notável na Europa, porém vencedora no campo de batalha. Para alguns exemplos, ver *Relaçam da famosa resistencia, e sinalada vitoria, que os Portugueses alcançaram dos castelhanos em Onguela, este Anno de 1644*, fl. 1v; VIEGAS, António Pais, *Relaçam dos gloriosos successos, que as armas de... D. Joam IV... tiverão nas terras de Castella, neste anno de 1644*, fl. 5 e 7.

²⁴ VIEIRA (2003: 171).

²⁵ VIEIRA (1959: PARTE II).

No front de maior prestígio para Portugal, suas possessões na Ásia, o também jesuíta padre Fernão Queiroz, escreveu sobre o cerco e Gale, no Ceylão, derrota de grande repercussão nos portos da Índia, em 13 de março de 1640:

são tantos os danos, q.' a nação Portugueza tem recebido das Prouincias unidas, em todas as quatro p.tes do mundo; q.' não corresponderemos ao q.' o mundo espera de nós, se p.r todas as vias, e modos licitos, e conuenientes, não tratarmos de nos desforçar, e de recuperarmos o q.' na India temos perdido.²⁶

Em outra ocasião do mesmo relato, o jesuíta partilha a preocupação do pregador do Brasil:

Dirá o mundo, q.' os Portuguezes se perderao p.r poucos, e p.r pouca disposição, não dirá com verdade, que por fracos. (p. 727)

Queiroz relata e lamenta a estratégia dos holandeses de embarcar os portugueses e levá-los por um périplo aos portos da Índia (Negapatão e depois Batavia), no que se arriscava o “nome português” entre os reinos asiáticos:

E q.m bem ponderar o m.to sangue q.' ali se derramou; o assoute do Estado, de Ceylão, e do brio Portuguez, naq.le campo, e naq.la praça; e quão exposta ficou à vergonha nossa reputação neste Oriente. (p. 700)

A verdade do relato é igualmente uma preocupação central para Queiroz, conforme expressa ao final do capítulo 12 de sua obra:

O q.' succedeo nesta batalha, anda tão variam.te referido, q.' me não custou pouco trabalho, não só averigoar a verdade, mas o verosimel; (...) de tal modo confundirão as noticias, q.' só nos fica lugar de referir, o q.' m.s constantem.te se relata, e q.' melhor concorda com testem.as de vista dignas de todo o credito. (p. 724)

A memória dos feitos portugueses na Índia, preservada pelas crônicas e outros relatos militares, especialmente sobre as conquistas das primeiras décadas, cumpre uma dupla função na composição dos relatos de sucessos ocorridos na Europa. De um lado, a história que preserva esta memória é, efetivamente, mestre da vida e registra a sabedoria que os antepassados souberam aplicar. De outro, comprova o

²⁶ QUEIROZ (1916: 699).

valor e as capacidades do povo português, os feitos do presente sendo herança do que se realizou no passado.

O já citado relato do cerco à praça de Elvas, de Antonio Barbosa Bacellar (1610-1663), autor de outros relatos de batalhas, como o da recuperação do Recife (1654) e o da Batalha do Canal (1663), foi publicado em 1659 em português, depois traduzido para o latim em 1662. O cerco foi imposto pelos castelhanos e vencido pelos portugueses com os exércitos comandados por Dom Antonio Luis de Meneses, conde de Cantanhede. Bacellar retorna a um dos grandes momentos da expansão portuguesa no século XVI para dele tirar um aprendizado. Em relatos escritos está presente o registro dos nomes dos indivíduos que participaram da batalha, sendo mesmo uma das suas funções. Transforma-se, assim, em um documento importante ao qual se pode recorrer no momento de solicitar uma mercê régia por serviços prestados:

Quais erao os Cabos principais deste Exercito, se pode ter entendido das vezes que se tem nomeado a outros fins, mas neste lugar he tam necessaria a individuação de cada hum, que deixará de ser vicio a repetição. (fl. 24)

Esse cuidado com a “individuação” se opõe, no texto, à consciência das fraquezas dos homens e Bacellar lembra a experiência de Afonso de Albuquerque, governador do Estado da Índia, quando após a tomada de Malaca em 1511, mandou esculpir os nomes dos cabos que mais se destacaram nas batalhas. Para ele, o feito de Albuquerque

foi exemplar pera os escritores não singularizarem as acções heroicas dos Portuguezes; porque vendo aquele insigne Gen. crescião as queixas dos mesmos, cujos nomes tratava eternizar, por haver na ordem de os nomear primeiro, & segundo, mandou tirar a pedra que estava sobre a porta da fortaleza que edificâra, & virada pera dentro a escritura, mandou por na parte de fora aquellas palavras do Psalmo 117. *Lapidem, quem reprobaverunt edificantes.*²⁷

Feitos passados na África e na Índia são também retomados na *Relaçam da famosa resistencia, e sinalada vitoria, que os Portugueses alcançarão dos castelhanos em Ouguela:*

Matarão mais hum soldado Portugues, ferirão dous, & hua molher, por nome Isabel Pereira, que fará esquecer o valor das famosas Portuguesas, que nos insignes cercos de Dio, & Mazagão fizerao feitos de immortal memoria, porque

²⁷ “A pedra que os arquitetos rejeitaram tornou-se a pedra angular”. BACELLAR, fl. 43.

desmentindo esta a fragilidade do sexo feminino, fez notáveis demonstrações de valor (...). (fl. 3v.)

O espantoso, e talvez inusitado, êxito português no Índico é comparado às vitórias na península que, segundo os autores, desmentem as informações que os castelhanos divulgam pela Europa. Sobre os feitos de 1644 e a vitória portuguesa de Montijo, escreve Viegas, que seriam vistos com temor ou incredulidade:

(...) mas não foi esta a primeira censura desta qualidade, com que no mundo se avaliarão acçoens nossas, porque já padecemos outras taes, em especial, quando emprendemos o portentoso descobrimento, & famosa conquista das provinciais Orientaes.²⁸ (fl. 4)

Ao serem valorizados esses dois aspectos – verdade e reputação – justifica-se a compreensão desses relatos como práticas da vitória, visando algo tão importante quanto o próprio resultado do conflito: a construção e o fortalecimento de um contorno para a nação, frente aos seus súditos e a seus pares e potenciais opositores. O cotejamento desses textos aponta para a formação de um gênero, tributário em grande medida da tradição historiográfica ocidental, mas com a função mais circunscrita e imediata de divulgação dos resultados da guerra. O entendimento desses documentos no interior de uma cultura da vitória pode nos aproximar da leitura que deles faziam seus contemporâneos, assim como o estudo conjunto das práticas discursivas e daquelas que atuam claramente sobre os corpos dos indivíduos pode, igualmente, favorecer a sua interpretação.

ANDRÉA DORÉ
Universidade Federal do Paraná
Curitiba, Paraná, Brasil

²⁸ VIEGAS, António Pais, *Relaçam dos gloriosos sucesos, que as armas de... D. Joam IV... tiverão nas terras de Castella, neste anno de 1644*, fl. 4.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Antonio (1999), “Ecos do episódio de Niso e Eurialo na *Chauleida* de Diogo Paiva de Andrade”, *III Colóquio Clássico – Actas*. João Manuel Nunes Torráo (ccord.) Aveiro, 295-319.
- BUESCU, Ana Isabel (2000), “‘Y la Hespánica es facil para todos’. O biligüismo, fenómeno estrutural (séculos XVI-XVIII)”, *Memória e poder. Ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa: Edições Cosmos, 49-66.
- CERTEAU, Michel de (1985), Montaigne’s ‘Of Cannibals’: The Savage ‘I’, *Heterologies: discourse on the other. Theory and History of Literature*, vol. 17, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- DEJEAN, Joan (2005), *Antigos contra modernos. As guerras culturais e a construção de um fim-de-siècle*, Trad. Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1º ed.: 1997).
- DORÉ, Andréa (2010a), “Entre o púlpito e a muralha: missionários e homens de armas contra a ameaça protestante na Índia e no Brasil no século XII”, *XII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. O Estado da Índia e os desafios europeus*. Lisboa: CHAM/ Universidade Católica Portuguesa, 361-381.
- DORÉ, Andréa (2010b), *Sitiados. Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia nos séculos XVI e XVII*, São Paulo: Alameda.
- FONTANA, Josep (2004), *A história dos homens*, trad. Heloisa Jochins Reichel e Marcelo Fernando Da Costa, Bauru, SP: Edusc, 2004.
- GARIN, Eugenio (1969), “L’Histoire dans la pensée de la Renaissance”, *Moyen Age et Renaissance*. Paris: Gallimard (1ª ed. italiana: 1954).
- GINZBURG, Carlo (2002), “Lorenzo Valla e a doação de Constantino”, *Relações de força. História, Retórica, Prova*, São Paulo: Companhia das Letras.
- GREENBLATT, Stephen (1996), *Possessões maravilhosas*, Trad. Gilson César Cardoso de

- Souza, São Paulo: Edusp.
- HABERMAS, Jurgen (1984), *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, Trad. Flavio R. Kothe, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro.
- HARLEY, J. B. (2005), *La nueva naturaleza de los mapas. Ensayos sobre la historia de la cartografía*, Trad. Leticia García Cortés, Juan Carlos Rodríguez, México: FCE.
- KOSELLECK, R. (2006), “Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”, *Futuro Passado*, Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. da PUC, 41-60.
- MONTEIRO, Rodrigo Bentes e CALDEIRA, Ana P. Sampaio (2007), “A ordem de um tempo: folhetos na coleção Barbosa Machado”, *Topoi*, 8, 14, 2007, 77-113.
- MARAVALL J.A. (1986), “Hacia una visión secularizada e inmanente del avance historico”, *Antiguos y Modernos*, Madrid: Alianza, 579-611.
- MOMIGLIANO, Arnaldo (2004), *As raízes clássicas da historiografia moderna*, trad. Maria Beatriz Borba Florenzano, Bauru, São Paulo: Edusc, (1º ed. 1990).
- PINEDA, Victoria (2007), “La preceptiva historiográfica renacentista y la retórica de los discursos: antología de textos”, *Talia dixit* 2, 95-219.
- PINTO, João Rocha (1989), *A viagem. Memória e Espaço*, Cadernos da Revista História Econômica e Social, 11-12, Lisboa: Livraria Sá da Costa.

FONTES

- [Francisco de Mello Monteiro], *Relaçam de hum sucesso notauel que teue hu[m]a companhia nossa de cauallos junto a villa de Arronches pelejando com sinco do inimigo em 29 de Dezembro de 1643*, Lisboa : Paulo Craesbeeck,1644.
- ANDRADE, Francisco de (1945), *Comentários da vitória de Chaul*, Prefaciado e anotado por Jorge Faro, Lisboa s.d.

BACELLAR, Antonio Barbosa [1659], *Relaçam da vitoria que alcançaram as armas do muyto Alto, & Poderoso Rey D. Affonso VI*, em 14 de Janeiro de 1659 contra as de Castella, que tinham sitiado a praça d'Eluas, Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck (Machado, Diogo Barbosa. *Tratados de Paçes de Portugal celebradas com os Soberanos da Europa*. Tomo I. 1641-1682.)

CORTE REAL, Jerónimo (1784), *Sucesso do Segundo Cerco de Diu. Estando Dom Jobam Maçarenbas por capitam da fortaleza. Anno de 1546*, Fielmente copiado da Edição de 1574. Por Bento José de Sousa Farinha, Lisboa: Offic. de Simam Thaddeo Ferreira.

FRÈCHES, Claude-Henri (1971), *Introdução ao teatro de Simão Machado*, Lisboa: O mundo do livro.

MENEZES, Francisco de Sá de (1658). *Malaca conquistada*. Lisboa: Pedro Craesbeeck.

QUEIROZ, Fernão de (1916), *Conquista temporal e espiritual de Ceylão*, Colombo: H.C. Cottle. Government Printer (1687).

Relaçam da famosa resistencia, e sinalada vitoria, que os Portugueses alcançarão dos castelhanos em Onguela, este Anno de 1644. a 9. de Abril, governando esta Praça o Capitão Pascoal da Costa, Lisboa: por Paulo Craesbeck, 1644.

Relaçam da victoria que o capitam de cavallos João de Saldanha da Gama alcançou dos Castelhanos entre Câpo Mayor, & Albruquerque, em doze de Junbo de 643, Lisboa: Impressa por Paulo Craesbeck, 1643.

Relaçam de alguns sucessos, que na fronteira de Olivença teve Francisco de Mello General da Cavalleria, & de hum grande estratagema, que os nossos fizeram ao inimigo, Lisboa: na officina de Domingos Lopes Rosa, 1644.

Relaçam do sitio, que o exercito de sua Mgde. poz a Villa Nova del Fresno, & tudo o que nelle passou até ser rendida, & capitulaçoens com que se entregou, Lisboa: na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1643.

Relaçam dos assaltos que deu o General Fernam Telles de Menezes na villa de Fuentes, & em Freixineda, [Lisboa]: na officina de Domingos Lopes Rosa, [1642].

Relaçam dos sucessos, que o Conde de Castelmilhor Governador das armas de entre Douro, &

Minho, teve em 16.18 e 22. de Fevereiro passado de 1644, [Lisboa] : na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1644.

Relaçam em que se refere parte dos gloriosos successos, que na Provincia da Beira tiverão contra Castelhanos, as armas de S. Magestade, governadas por D. Alvaro de Abranches, seu Capitão General, nos meses de Mayo até Dezembro de 643, Lisboa : por Manoel da Sylva Impressor no Poço da Fotea, 1644.

Relaçam verdadeira da entrada que o Governador das armas Mathias de Albuquerque fez em Castella neste mes de Abril do anno prezente de 1644. e successo de Montijo, Lisboa : por Paulo Craesbeck, 1644.

Relaçam verdadeira da entrada, que o exercito castelhano fez nos campos, e olivæes da cidade d'Elvas, e de como o General Martim Affonso de Mello o fez retirar, e os nossos saquearão a Villar de Rey, Lisboa : na officina de Domingos Lopez Rosa, 1642.

*Relação do successo que tiveram as armas portuguezas governadas por D. Sancho Manuel conde de Villa Flor e governador das armas do partido de Castello Branco na provincia da Beira. Em 17 de Dezembro do anno passado de 1661. Lisboa. Na Officina de Antonio Craesbeeck. Anno 1662. (Machado, Diogo Barbosa. *Tratados de Pazés de Portugal celebradas com os Soberanos da Europa*. Tomo I. 1641-1682.)*

*Relação dos successos de Portugal, e Castella nesta campanha de 1661. Lisboa: Officina de Antonio Craesbeeck, 1661. (Machado, Diogo Barbosa. *Tratados de Pazés de Portugal celebradas com os Soberanos da Europa*. Tomo I. 1641-1682.)*

*Relacion verdadera de como fue restaurada la Plaça de Moron por las armas del Rey Don Afonso VI de Portugal; como lo más, que sucedió em la campaña deste Otoño de 1657, s.l., s.d. 16... (Machado, Diogo Barbosa. *Noticia dos successos militares entre as Armas Portuguezas, e Castelhanas. Reynando em Portugal o serenissimo monarcha D. Affonso VI*. Tomo I. Que comprehende o anno de 1657 athe 1662.)*

*Relacion de la famosa, y memorable vitória que el Exercito de El Rey de Portugal, Governado por el Conde de Villa-Flor, alcançou del exercito del Rey de Castilla, gouernado por su hijo Don Juan de Auftria. Lisboa: Officina de Enrique Valente de Oliveira, 1663 (Machado, Diogo Barbosa. *Noticia dos successos militares Entre as Armas Portuguezas,**

e Castelhanas. Reynando em Portugal o Serenissimo Monarcha D. Affonso VI. Tomo II. 1663-1664)

Relacion verdadera, de los sucessos de las armas de Portugal, y Castilla em la campaña del año 1661. Con un resumen de la victoria vitimamente alcançada por los Portugueses en Castilla la Vieja. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliueira, 1661. (Machado, Diogo Barbosa. *Tratados de Paçes de Portugal celebradas com os Soberanos da Europa.* Tomo I. 1641-1682.)

VIEGAS, António Pais, *Relaçam dos gloriosos sucesos, que as armas de... D. Joam IV... tiverão nas terras de Castella, neste anno de 1644. até a memoravel victoria de Montijo,* Lisboa: por Antonio Alvarez, 1644.

VIEIRA, Antonio (1959), “Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda”, *Sermões. Obras completas do Padre Antonio Vieira.* Vol. XIV, Porto: Lello & Irmãos Editores.

VIEIRA, Antonio (2003), *Papel que fez o padre Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos Holandezes [1648], Obras inéditas do padre Antonio Vieira,* Lisboa: J.M.C. Seabra & T.Q. Antunes, 1856-1857, transcrito em Luiz Felipe Baeta Neves, *Terra cidade celeste. Imaginação social jesuítica e Inquisição,* Rio de Janeiro: Atlântica Editora.